**PROCESSO**: **n º** 4701 - 083/2017

**INTERESSADO:** DIOGO LUCAS BARROS PEREIRA

**Assunto:** Pagamento de Conta Médica.

Trata-se de **Processo Administrativo nº** 4701 - 083/2017, em 01 (um) volume, com 18 (dez) fls., que versa sobre a solicitação de pagamento ao Médico Credenciado, DIOGO LUCAS BARROS PEREIRA, no valor de R$2.039,04 (dois mil, trinta e nove reais e quatro centavos), referente à prestação de serviços médicos hospitalares.

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para análise final e parecer contábil conclusivo, atendendo ao que determina o Artigo 48 do Decreto Estadual nº 51.828/2017.

**1 - RELATÓRIO**

**I – PRELIMINARMENTE**

Observa-se que o Processo de pagamento a DIOGO LUCAS BARROS PEREIRA, no valor de R$2.039,04 (dois mil, trinta e nove reais e quatro centavos), foi conferido e não encontra-se em obediência ao Art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64.

**2 – DO EXAME DOS AUTOS**

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da *“análise e emissão de parecer técnico”,* conforme requerido pela Assessora Técnica da Superintendência de Auditagem (fls. 18).

2.1. Constata-se a Fatura dos Serviços Médicos Hospitalares prestados, com atesto de, Niedja de Albuquerque Costa, e pelo Gerente da Saúde, Márcio Mota Gomes (fls. 02).

2.2. Observa-se que foi acostado o comprovante de entrega de produção do médico (fls. 03 à 05).

2.3. Foi acostado o relatório de glosa, de lavra de Niedja de Albuquerque Costa Auditora (fls. 06 a 13).

2.4. Conclusão pela possibilidade de pagamento (fls. 14).

2.5. Observa-se a falta de resposta da Gerencia Executiva de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, para o Despacho da Diretoria da Presidência feita às fls. 15.

2.6. Verifica-se informações sobre a existência de dotação orçamentária, mas sem a conta específica para a alocação da despesa.

2.7. Constata-se que o gestor do órgão acostou aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.868/17.

2.8. Observa-se, que a despesa não encontra-se em conformidade com os Artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64.

2.9. Constata-se, que não foram acostadas as certidões de regularidade fiscal.

2.10. Não foi constado cópia do contrato de credenciamento do médico em tela.

**É O RELATÓRIO.**

**3 - NO MÉRITO**

3.1. De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** Que seja informada a dotação orçamentária a ser utilizada para a despesa requerida.
2. **NOTA DE EMPENHO** – Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e liquidação no valor total de R$2.039,04 (dois mil, trinta e nove reais e quatro centavos).
3. **CONTRATO** – Anexar aos autos, cópia do contrato de credenciamento médico, quando do pagamento.
4. **DO DOCUMENTO FISCAL** – Que seja emitida a devida Nota fiscal da prestação dos serviços, quando da emissão da Nota de Empenho e que seja **“atestada”** pelo Gestor do Contrato.

**4 - CONCLUSÃO**

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução da pendência processual apontada no subitem 3.1, item **“a”** a **“d”**, ato contínuo, que seja realizado o pagamento a DIOGO LUCAS BARROS PEREIRA, no valor de R$2.039,04 (dois mil, trinta e nove reais e quatro centavos).

Maceió, 07 de abril de 2017.

Márcia Soares Costa Correia

**Assessora de Controle Interno/ Matrícula nº 101-5**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**